

PROCESSO - A. I. Nº 206951.0013/23-4
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - BDM DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0021-01/25-VD
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ SUDOESTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 17/07/2025

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO CJF Nº 0230-12/25-VD

EMENTA: ICMS. RECOLHIMENTO A MENOS. ALÍQUOTA. ERRO NA SUA APLICAÇÃO. MERCADORIAS ESCRITURADAS. Não restou comprovado o recolhimento a menor do ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas. Rejeitada a preliminar de nulidade suscitada. Indeferido o pedido de diligência. Infração não caracterizada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Recurso de Ofício interposto em razão do Acórdão 1ª JJF Nº 0021-01/25-VD, que julgou Improcedente o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 19/06/2023, para exigir ICMS no valor de R\$ 1.011.330,78 em razão da imputação de 01 (uma) infração descrita a seguir:

INFRAÇÃO 01 - 003.002.002 – *Recolheu a menor ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, nos meses de janeiro, fevereiro, maio a julho e dezembro de 2020; janeiro a setembro e novembro de 2021; e fevereiro a maio de 2022.*

Enquadramento legal: artigos 15, 16 e 16-A, da Lei nº 7.014/96. **Multa aplicada:** art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96.

“A empresa pratica operação de vendas de bebidas alcoólicas para ME dos estados do Sudeste, contudo nas notas fiscais não existe comprovação de que as operações realmente ocorreram. Foi feita uma circularização junto aos destinatários das mercadorias, por carta, e-mail e telefone, onde diversas empresas responderam que não adquiriram a mercadoria. Existe inclusive uma empresa de MG que fez um BO (fls. 124 a 127 do PAF) afirmando que não comprou as mercadorias descritas nos documentos a esta destinados.”

A 1ª Junta de Julgamento Fiscal (JJF) apreciou a lide no dia 11/02/2025 (fls. 387/395) e decidiu pela Improcedência do presente lançamento, em decisão unânime, através do Acórdão 1ª JJF Nº 0021-01/25-VD, o qual fora fundamentado nos termos a seguir reproduzidos.

“VOTO:

A Autuada inicia sua Defesa suscitando a nulidade do lançamento fiscal por preterição do direito de defesa, em virtude de suposta ausência de fundamentação legal para infração em comento.

Todavia, considero que descabe a alegação defensiva, uma vez que a fundamentação jurídica do ilícito tributário do qual é acusado está descrita de forma clara no corpo do Auto de Infração.

Ademais, não é passível de anulação o lançamento por indicação genérica, quando a descrição dos fatos torne evidente o enquadramento legal, conforme art. 19 do RPAF/99.

Por fim, vale destacar que ao se manifestar sobre o mérito da autuação, o impugnante demonstrou o perfeito conhecimento da acusação, tendo oportunidade de exercer de forma plena o seu direito de defesa, não havendo do que se falar de nulidade do procedimento fiscal.

Quanto ao pedido de revisão fiscal, apresentado, fica rejeitado, com base no art. 147, inciso I, “a”, do RPAF/99, tendo em vista que os elementos contidos nos autos são suficientes para análise do mérito da autuação e conclusões acerca da lide.

No mérito, o presente Auto de Infração exige crédito tributário, acusando o autuado de ter recolhido a menor ICMS, em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, diante da acusação de que as vendas de bebidas alcóolicas registradas como sendo

para estados do Sudeste, foram destinadas para contribuintes do estado da Bahia.

A autuante informou que o autuado não comprovou que as operações questionadas (exclusivamente bebidas alcoólicas) realmente ocorreram, e que foi feita uma circularização junto aos destinatários das mercadorias, por carta, e-mail e telefone, onde diversas empresas responderam que não adquiriram a mercadoria, e que um contribuinte, inclusive, fez um Boletim de Ocorrência - BO (fls. 124 a 127) afirmando não ter comprado as mercadorias descritas nos documentos fiscais mencionados.

O autuado contestou a exigência, alegando que não existe efetivamente nenhuma prova da inidoneidade das operações questionadas, e que as operações incluídas na autuação foram efetivas e reais.

Da análise dos elementos constitutivos do processo verifico que apesar de não constar em algumas NF-e, no campo "Evento" a ciência da operação por parte dos destinatários, em nenhuma delas foi registrado o desconhecimento da operação por parte dos compradores.

Registro que o evento "Desconhecimento da Operação" tem como finalidade possibilitar ao destinatário se manifestar quando da utilização indevida de sua Inscrição Estadual, por parte do emitente da NF-e, para acobertar operações fraudulentas de remessas de mercadorias para destinatário diverso, o que não ocorreu na situação em análise.

Constato também que apesar da autuante mencionar que alguns remetentes se encontravam na condição de inaptos, ou com situação cadastral baixada, as operações que estão sendo objeto de cobrança, foram realizadas em datas anteriores as situações mencionadas.

A título de exemplo temos o destinatário JBFV Comercial Atacadista Ltda, com inscrição baixada em 05/03/2021 (fl. 47), mas que a operação questionada nos autos foi realizada em 23/12/2020 (fl. 49).

Em relação à empresa destinatária Taina Carlos Nogueira, a sua inscrição foi baixada em 17/02/2021 (fl. 61), mas as operações autuadas ocorreram em 25/01/2020, 17/02/2020 e 05/03/2020 (fl. 63), ou seja, no período em que a empresa estava com situação regular.

O mesmo acontece com a empresa Sungfer Comércio de Embalagens e Metais Ltda, que teve sua inscrição baixada em 02/09/2021 (fl. 117), e as operações objeto de exigência no processo ocorreram em momento anterior, no dia 05/03/2021 (fl. 119).

No que diz respeito às cópias de e-mails que a autuante anexou ao processo (fls. 234 a 255), solicitando aos destinatários a confirmação do recebimento e pagamento das mercadorias adquiridas, verifico que quase a totalidade das empresas não respondeu, sendo que a empresa Cartola Comércio de Alimentos Ltda confirmou a realização da operação (fl. 235).

No que tange ao Boletim de Ocorrência - BO (fls. 124 a 127), registrado pela empresa Cristiane de Oliveira Silva - CNPJ 29.450.875/0001-77, a mesma informou que não realizou as compras datadas de 07 e 14/06/2022, e 23/09/2022; entretanto apesar das operações do dia 14/06/2022 estarem constando no demonstrativo à fl. 19 ("Erro na Determinação da B. de Cálculo"), as mesmas não tiveram o imposto exigido no presente processo, porque a autuante após lançar os seus valores no Conta Corrente da impugnante, não foi apresentado saldo devedor, conforme demonstrativo à fl. 11 (Auditoria de Conta Corrente Fiscal).

Destarte, considero insubsistente a acusação fiscal, que foi baseada em uma presunção não comprovada nos autos, não restando comprovada a inidoneidade das operações que foram objeto da autuação (exclusivamente bebidas alcoólicas - fls. 13 a 20).

Diante do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

A 1ª JJF, recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos da alínea "a", do inciso I, do art.169 do RPAF-BA/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558, com efeitos a partir de 17/08/18.

Registrada a presença da advogada Dra. Sarah Bulhões, na sessão de videoconferência, que exerceu o seu direito regimental de fala.

É o relatório.

VOTO

Observo que a decisão da 1ª JJF, através do Acórdão nº 0021-01/25-VD, desonerou o sujeito passivo, julgando o Auto de Infração nº 206951.0013/23-4, em tela, Improcedente, cujo o crédito tributário constituído perfazia o montante de R\$ 1.011.330,78, por 01 (uma) infração imputada, fato este que justifica a remessa necessária do presente feito para reapreciação nesta corte, restando cabível o presente recurso.

Trata-se, então, de Recurso de Ofício contra a Decisão de Piso proferida pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, em 11/02/2025, através do Acórdão de nº 0021-01/25-VD, que julgou, por unanimidade, Improcedente o Auto de Infração nº 206951.0013/23-4, lavrado em 19/06/2023, resultante de uma ação fiscal realizada pela Auditora Fiscal lotada na unidade Fazendária INFAZ SUDOESTE, em que, no exercício de suas funções de Fiscalização, constituiu o presente lançamento fiscal de exigência de imposto (ICMS) no valor de R\$ 1.011.330,78, por 01 (uma) imputação sob a acusação de ter recolhido a menos ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, nos meses de janeiro, fevereiro, maio a julho e dezembro de 2020; janeiro a setembro e novembro de 2021; e fevereiro a maio de 2022, com enquadramento legal nos artigos 15, 16 e 16-A, da Lei nº 7.014/96, mais multa aplicada de 60% tipificada no art. 42, inc. II, alínea “a”, do mesmo diploma legal.

Consta de informação complementar, na descrição dos fatos da autuação, de que a empresa autuada praticara operação de vendas de bebidas alcoólicas para ME dos estados do Sudeste, contudo nas notas fiscais não existe comprovação de que as operações realmente ocorreram. Foi feito uma circularização junto aos destinatários das mercadorias, por carta, e-mail e telefone, onde diversas empresas responderam que não adquiriram a mercadoria. Existe inclusive uma empresa de MG que fez um BO (fls. 124 a 127 do PAF) afirmando que não comprou as mercadorias descritas nos documentos a esta destinados. “

Como destacado no voto condutor da Decisão de Piso, a agente Fiscal Autuante informou que o autuado não comprovou que as operações questionadas (exclusivamente bebidas alcóolicas) realmente ocorreram, e que foi feita uma circularização junto aos destinatários das mercadorias, por carta, e-mail e telefone, onde diversas empresas responderam que não adquiriram a mercadoria, e que um contribuinte, inclusive, fez um Boletim de Ocorrência - BO (fls. 124 a 127) afirmando não ter comprado as mercadorias descritas nos documentos fiscais mencionados.

Por sua vez, vê-se, também, do voto condutor de que o Contribuinte Autuado contestou a exigência, alegando que não existe efetivamente nenhuma prova da inidoneidade das operações questionadas, e que as operações incluídas na autuação foram efetivas e reais.

Têm de análise dos elementos constitutivos do presente PAF, pelo i. Relator da Decisão de Piso, de ter verificado que, apesar de não constar em algumas das NF-e, objeto da autuação, no campo “Evento” a ciência da operação por parte dos destinatários, em nenhuma delas foi registrado o desconhecimento da operação por parte dos compradores.

Registra, então, o i. Relator da Decisão de Piso, que o evento “Desconhecimento da Operação” tem como finalidade possibilitar ao destinatário se manifestar quando da utilização indevida de sua Inscrição Estadual, por parte do emitente da NF-e, para acobertar operações fraudulentas de remessas de mercadorias para destinatário diverso, o que não ocorreu na situação em análise.

Seguindo sua análise, diz ter constatado, que, apesar da agente Autuante mencionar de que alguns remetentes se encontravam na condição de inaptos, ou com situação cadastral baixada, as operações que estão sendo objeto de cobrança, foram realizadas em datas anteriores as situações mencionadas.

Aponta no voto condutor da Decisão de Piso, a título de exemplo, o destinatário “JBVF Comercial Atacadista Ltda”, com inscrição baixada em 05/03/2021 (fl. 47), mas que a operação questionada nos autos foi realizada em 23/12/2020 (fl. 49). Também constatado por este Relator Consº desta 2ª CJF nos autos.

Em relação à empresa destinatária “Taina Carlos Nogueira 41742984835”, a sua inscrição foi baixada em 17/02/2021 (fl. 61), mas as operações autuadas ocorreram em 25/01/2020, 17/02/2020 e 05/03/2020 (fl. 63), ou seja, no período em que a empresa estava com situação regular. O que também atesto na análise dos autos.

O mesmo aconteceu com a empresa “Sungfer Comércio de Embalagens e Metais Ltda”, que teve sua inscrição baixada em 02/09/2021 (fl. 117), e as operações objeto de exigência no processo ocorreram em momento anterior, no dia 05/03/2021 (fl. 119).

No que diz respeito às cópias de e-mails que a atuante anexou aos autos (fls. 234 a 255), solicitando aos destinatários a confirmação do recebimento e pagamento das mercadorias adquiridas, verificou, o i. Relator da Decisão de Piso, que quase a totalidade das empresas não respondeu, sendo que a empresa “*Cartola Comércio de Alimentos Ltda*” confirmou a realização da operação (fl. 235).

Aliás, nesse particular, este Relator Consº Relator, compulsando os documentos trazidos aos autos às fls. 234 a 255, pela i. agente Fiscal Autuante, para fundamentar a autuação, vejo não trazer qualquer subsidio no atesto da autuação. Todos os e-mails de circularização, acostados aos autos (fls. 234 a 235), não se tem qualquer resposta dos destinatários.

Como destacado no parágrafo anterior acima, apenas 01(um) dos e-mails enviados teve resposta do destinatário com a seguinte descrição na resposta “ *Prezados, boa noite! Temos ciência das compras, iremos providenciar os comprovantes – Qua, 15/03/2023, 13:34*”. Ademais, dos 22(vinte e dois) e-mails enviados decorrentes execução da ação fiscal de “*circularização*” 05 (cinco) e-mail não foram entregues pelo aplicativo Microsoft Outlook onde consta a seguinte mensagem “*Não foi possível entregar a sua mensagem par...*”.

Por fim, no que tange ao Boletim de Ocorrência - BO (fls. 124 a 127), registrado pela empresa Cristiane de Oliveira Silva – CNPJ 29.450.875/0001-77, a mesma informou que não realizou as compras datadas de 07 e 14/06/2022, e 23/09/2022; entretanto apesar das operações do dia 14/06/2022 estarem constando no demonstrativo à fl. 19 (“*Erro na Determinação da B. de Cálculo*”), as mesmas não tiveram o imposto exigido no presente processo, como discorrido no voto condutor da Decisão de Piso.

Neste contexto, não vejo qualquer imperfeição no voto condutor da Decisão de Piso, o que foi acompanhado pelos demais membros da 1ª JJF, em que considerou insubsistente a acusação fiscal, que foi baseada em uma presunção não comprovada nos autos, e, por conseguinte, não restando comprovada a inidoneidade das operações que foram objeto da autuação, através do Auto de Infração de nº 206951.0013/23-4, que dizem respeito a vendas de bebidas alcóolicas a contribuinte estabelecidos em outras unidades da Federação na forma dos demonstrativos de fls. 11 a 20, constantes do CD/Mídia de fl.21 dos autos.

De tudo aqui discorrido, vejo que não merece qualquer reparo na Decisão da 1ª Junta de Julgamento Fiscal, através do Acórdão JJF Nº **0021-01/25-VD**, estando provado a insubsistência da autuação.

Do exposto, NEGO PROVIMENTO ao Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206951.0013/23-4**, lavrado contra **BDM DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 11 de junho de 2025.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO – RELATOR

VICENTE OLIVA BURATTO – REPR. DA PGE/PROFIS